

16-11-2015 - Entrevista coletiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, após a segunda sessão de trabalho da Cúpula do G20 - Antália-Turquia

Antália-Turquia, 16 de novembro de 2015

Presidenta: Bom, gente, vamos falar rapidamente. Eu sempre faço uma abertura para vocês sobre o G-20. Obviamente, o G20, ele se caracterizou pelo que aconteceu, também, na sexta-feira que levou todos nós a nos solidarizar com o povo e o governo francês, e todos nós, também, a manifestar o repúdio e a compreensão de que é fundamental perceber que o terrorismo é algo a ser combatido, não individualmente, por alguns países, mas por todos os países do G20.

E, além disso, houve uma discussão sobre as causas que motivaram isso. Isso ocorreu, fundamentalmente, em alguns pronunciamentos ao longo de toda a reunião, mas, sobretudo, no jantar de ontem à noite que foi a pauta.

A pauta inicial do almoço se deu focada na questão do clima, do clima e do combate à pobreza. Enfim, a dois dos 17 ODS, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Eu acho que no caso do primeiro, que é o combate à pobreza, que é o ODS 1, o centro da questão é a importância para o desenvolvimento sustentável da inclusão social e da eliminação da fome. E o reconhecimento que, tanto para você ter uma política de inclusão social quanto para uma política de eliminação da fome, é fundamental tecnologias sociais. Assim como você tem tecnologias que dizem respeito à produção industrial, agrícola, enfim, a todas as áreas do conhecimento, também há tecnologias sociais adequadas para que cada país tenha seu projeto de redução da pobreza. No nosso caso - que somos um caso de sucesso, porque é um caso focado -, nós sempre temos o interesse despertado por todos pelo Bolsa Família, pelo Brasil Sem Miséria - que é inclusão produtiva e formação técnico-profissional, obviamente, de nível bastante primário para o pessoal do Bolsa Família -, e todas as condicionalidades, exigência de estudo, de saúde. Além disso, no caso dos agricultores familiares, basicamente há política de aquisição de alimentos, há política nacional de alimentação escolar, e todas as políticas relacionadas ao estímulo e ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil.

Na questão da mudança do clima, obviamente tem enfoques diversificados, são 20 países, os 20 países mais ricos do mundo têm enfoques diversificados. A posição de consenso, eu acho até que se encaminhou de uma forma bem - eu sou otimista em relação aos resultados da COP21 - e aqui o que nós vimos é o início desse processo de acordo, é chegando, por aproximações sucessivas, a um acordo. Basicamente, o que hoje caracteriza esse processo é a busca do entendimento de todos.

O Brasil tem uma posição bem clara, bem objetiva: nós assumimos, sem condicionalidades, as nossas metas, a meta até 2030 de redução de 43% dos gases de efeito estufa no padrão de 2005 com nossa INDC, que eu já expliquei, não vou amolar vocês

explicando novamente todos os detalhes da nossa proposta, mas se vocês quiserem eu me lembro bastante bem de cabeça, posso falar.

E a discussão se pautou também muito em cima da revisão, de cinco em cinco anos, que é uma proposta que está sendo feita, que nós no Brasil adotamos, achamos que é bem razoável porque a argumentação, a base da argumentação, é que nesse processo de adoção de medidas para reduzir os efeitos da poluição, os efeitos da destruição do meio ambiente, enfim, o comprometimento do meio ambiente e o objetivo é manter a redução de dois graus centígrados no horizonte do século. Para isso, nós vamos ter que incorporar tecnologia, vamos ter de apostar, também, em processos de financiamento e arranjos e arquiteturas institucionais que possam viabilizar até com mais rapidez esse processo. Então, imaginando que você tenha algumas inovações que possam ser incorporadas, é importante analisar de cinco em cinco anos o que é possível até antecipar, o que não foi possível antecipar. Mas é sobretudo de uma ótica positiva, contando com essa questão da incorporação da tecnologia e de mecanismos de financiamento para viabilizá-la.

Essa é a primeira parte. A segunda parte é sobre a situação econômica internacional. Na questão da situação econômica internacional, há um consenso de que há sete anos do início da crise, ainda persistem processos de redução de crescimento não muito significativo, inclusive no caso dos países desenvolvidos há a ocorrência, ainda, de estagnação em alguns deles, e de pequeno nível de crescimento em outros, mas um efetivo crescimento. Então tem um lado de avaliação também positiva, porque são recuperações que ocorreram.

O reconhecimento de que a crise depois desse período de seis anos atinge os países emergentes, com desaceleração acentuada no seu crescimento, até com decréscimo, como é o caso do Brasil, e a crença de que esse processo, ele não é um processo que permanecerá nesse patamar do lado dos países desenvolvidos, a visão de que o processo de crescimento está se recompondo e do lado dos países em desenvolvimento, a certeza de que nós voltaremos a crescer em um horizonte mais próximo, na medida em que nós não temos grandes bolhas, principalmente alguns de nós. Não temos grandes bolhas financeiras para superar e as que existem são superáveis. E uma visão baseada, também, em uma constatação, um efeito dos piores da crise nos países que por ela passaram, que passam há mais tempo é o desemprego dos jovens. Então no G20 foram constituídos alguns parâmetros para desemprego dos jovens. Eu já falei do terrorismo, hoje, agora de manhã a discussão foi sobre os BEPS, que foi concluído o plano de ação para combate à erosão da base tributável. É um importante mecanismo porque ele, o que ele tenta impedir, é que haja aquelas políticas em que quem... países que têm uma estrutura de tributação baixa, atrai o pagamento de tributos que não foi gerado por aquela sociedade. Então a síntese dos BEPS é pagar imposto onde ele foi gerado. Essa é a síntese dos BEPS. A OCDE, junto com o G20, fez esse plano de ação, apresentou esse plano de ação. Ele é integrado por vários mecanismos, entre eles, o de combate à lavagem de dinheiro, dentro do princípio que foi até o princípio definido lá em Brisbane, que nenhuma receita pode deixar de ser detectada, não haverá lugar no mundo onde esconder uma receita, ou um recurso, ou um dinheiro. Isso também com impacto no combate à lavagem de dinheiro, à corrupção, ao dinheiro de drogas, ao dinheiro do terrorismo, enfim à toda a ilegalidade que existe por trás dessa questão que uma derivada da erosão fiscal. A erosão fiscal, ela foca, fundamentalmente, na apropriação de recursos fiscais que são devidos aos diferentes países e que não sejam vazados por mecanismos de bypass ou de qualquer outra natureza que não aqueles eminentemente legais.

Então, resumindo, estou fazendo um resumo porque foi um dia e meio de discussões, estou fazendo para vocês um resumo bem resumo. Não estou me aprofundando, então é isso, agora peço para vocês fazerem algumas perguntas e eu me dirigirei ao nosso país.

Jornalista: Presidente, (inaudível), da TV Record. Eu gostaria de saber: com a questão dos ataques em Paris, se a senhora conversou com os outros líderes sobre a questão do terrorismo no Brasil. Há uma preocupação dos outros países com relação às Olimpíadas no Brasil e se isso deve acelerar a aprovação da lei antiterrorismo?

Presidenta: Olha, nós temos de acelerar a votação da lei antiterrorismo, mas não há uma preocupação dos outros líderes em relação ao terrorismo no Brasil. Por quê? Porque nós estamos muito longe, nós estamos muito longe em termos de mundo, dos locais onde esse processo está se dando. Então, o foco maior dentro do G20 é, justamente, com a Turquia, com os países da Europa onde houve e tem havido... você veja que ocorreu aqui em Ancara - ou Ancara como nós dissemos, o embaixador me ensinou que a gente fala é Ancara, mas eu falo Ancara, não tem jeito - e houve também esse processo na França e nos Estados Unidos. Então, essa ação terrorista está muito concentrada aqui. E assim como as suas redes, as suas redes, tanto logística como de fornecimento, como nós estamos vendo até pelas notícias da imprensa em relação a esse episódio que ocorreu, esse lamentável episódio, que é uma barbárie, que ocorreu em Paris, que a gente vê que a rede, tinha uma rede que vinha da Bélgica. Então, a relação fronteiriça é muito forte. Agora isso não nos permite tratar como o Brasil estando completamente afastado e protegido. Não, nós temos de aprovar uma legislação antiterrorista, todas as nossas polícias e toda a nossa atividade é no sentido de estarmos vigilantes. Agora, não podemos, porque não é real, supor que estejamos no centro dessa questão. Não estamos. E de outra parte, eu queria dizer que, de fato, é algo, eu acredito que esse episódio, o que aconteceu na sexta-feira, em Paris, ele coloca uma sensação de extrema insegurança para as populações, porque são sete pessoas, oito pessoas que entram em um país, em uma noite, matam jovens, matam pessoas que estão ali sentadas. Até uma das pessoas que está no G20, me disse que ela supôs que o filho dela poderia, porque ele não atendia celular, não atendia telefone. Você fica imaginando, você se coloca no lugar da pessoa e pensa, já imaginou? Sexta-feira à noite, todo jovem sai. Aí você não sabe onde está seu filho, ele está na rua e aí o que pode acontecer? Então tem um drama humano, além de toda a barbárie que o terrorismo é, de toda, que é a anti civilização, é contra valores morais que nós construímos ao nos civilizarmos. Uma pessoa chegar e gratuitamente sair matando ao outro, em nome de algum princípio.

Jornalista: A senhora não acha que o Brasil pode ser vitrine para terrorismo?

Presidenta: Não, não acho não. E não acho que nós, por quaisquer razões, mesmo aquelas absolutamente legítimas da notícia, podemos construir uma hipótese tão artificial como essa.

Jornalista: A senhora anunciou que (incompreensível)

Presidenta: Eu estou entendendo o que você está falando, chamado salto carpado, como é que é? Aquele que dá, assim, uma pirueta e é carpado, eu te conheço.

Jornalista: A senhora (incompreensível)... a senhora concorda com a avaliação que ele fez

recentemente de que o ministro Joaquim Levy está (incompreensível)

Presidenta: Não, não concordo. Veja bem, não só gosto muito do presidente Lula, como respeito e isso é público e notório. Agora, nós não concordamos e não temos de concordar com todas as avaliações. A minha avaliação do ministro Joaquim Levy, eu repito mais uma vez, eu considero o ministro Joaquim Levy, sobretudo, um grande servidor público. O ministro tem compromisso com o País, compromisso com a estabilidade do País. Acho extremamente nocivo e negativo para o País as especulações que vira e mexe são feitas quanto ao ministro Joaquim Levy. Que me obrigam, também, de forma sistemática, vir a público e reforçar que o ministro Joaquim Levy fica onde está. Então, sistematicamente eu faço isso. Agora acho também que isso não contribui para o País. E eu não tenho que concordar com tudo que pessoas das quais eu gosto imensamente pensam. Até porque somos todos adultos e cada um de nós pode ter a sua forma de encarar a realidade diferentemente. Mesmo considerando que, no geral, a gente concorda. No geral, quanto ao País.

Jornalista: Posso fazer (inaudível)

Presidenta: Pode. Eu quero outro salto carpado, já vem outro salto carpado.

Jornalista: (Inaudível)

Presidenta: Eu não estou lembrando a fase inteira do salto, como é que ele chamava? Salto duplo twist carpado, agora vem o twist. Pode ver.

Jornalista: (Inaudível). A senhora mencionou que...

Presidenta: Discutimos.

Jornalista: (incompreensível) quais são as causas na sua avaliação (incompreensível)

Presidenta: Olha, ninguém acha que tem uma única causa, ninguém acha que tem uma única causa até porque se você falar que tem um componente da pobreza, você vai pensar: mas tem pessoas de classe média praticando. Principalmente que saem de países europeus e aderem ao ISIS. Então... mas ninguém pode negar que, também em alguns locais no mundo, a pobreza ajuda bastante aos movimentos terroristas quando se trata de recrutamento. Além disso, é muito reconhecido o fato de que nesses países onde houve destruição do Estado Nacional por, independentemente da avaliação que você faça que levou à destruição desses Estados Nacionais, também na medida em que o Poder e o Estado se dissolvem, a questão do terrorismo também ganha maior espaço. Isso ocorreu com a Al Qaeda, ocorreu com ISIS, com Al-Nuzra com todos... Porque não é só... Com o Boko Haram, que é muito mais, uma questão também relativa à radicalização, também, tem todos os

processos que estão ainda em estudos sobre radicalização, o que leva à radicalização.

Tem uma outra questão, que é a xenofobia, que é o preconceito, que é a subcidadania, que algumas pessoas têm tanto por razões religiosas ou étnicas. Enfim, tem questões ligadas, também, à forma pela qual se dá, ou se deu, a história daquelas regiões. Enfim, são várias questões. Agora, há algo que nós todos repudiamos. É, primeiro, ligar o terrorismo a uma única.. a uma religião. Como se a religião é que motivasse o terrorismo. O que não é verdade. Ninguém pode taxar qualquer religião de, pelas suas características, de ser patrocinadora de terrorismo. A não ser que a gente esqueça a história. Não há, pelo menos as grandes religiões, poucas deixaram de ter atitudes, em alguns momentos - seus membros, não as religiões - tiveram atitudes violentas e de perseguição. Então também se afasta toda essa possibilidade. Não é por razões étnicas, não é por razões religiosas. Então, nós temos, de fato, de olhar e de perceber, que não se resolve toda a questão do terrorismo só com a repressão. É fundamental reprimir. Se você não reprimir, você deixa o terrorismo solto. Mas para eliminá-lo, ter-se-á de fazer outro tipo de gestão. Se eu soubesse o que que é, e acho que não há nenhuma ação única, mas é um conjunto de ações. Entre elas, a diplomática também. Então vai ser uma combinação. Repressão com... porque você tem de reprimir. Não existe outra hipótese diante do terrorismo. Mas você tem que querer acabar com ele, então além da repressão você tem que tomar outras medidas. Principalmente porque também se trata de, paralelamente a ele, não é derivado dele, você tem uma questão gravíssima, que são os milhões e milhões de refugiados, que saem dos seus países porque não têm como viver ali.

Jornalista: (inaudível), do Jornal O Globo. Com relação ao duplo carpado, eu queria perguntar para a senhora: O Brasil é um país que está em uma posição muito confortável para discutir a COP21, é um assunto que a senhora gosta. Eu queria saber qual é o maior desafio neste momento que a senhora disse que estamos caminhando para um acordo e queria saber se, quem vai pagar a conta? E queria só tirar uma dúvida: a senhora falou que os países em desenvolvimento vão crescer em um horizonte próximo. Queria saber que horizonte próximo é esse que a senhora considera, próximos dois, três anos?

Presidenta: É mais ou menos isso, dois, três anos. Você falou o que eu considero....

Jornalista: O grande desafio para fechar esse acordo para a COP21, se é o quem vai pagar a conta (inaudível)

Presidenta: Eu acho que tem dois problemas na questão de como tratar o caso dos países em desenvolvimento. É necessário o financiamento e a transferência de tecnologia para as ações de mitigação e adaptação. Estão falando em um fundo de US\$ 100 bilhões que os países desenvolvidos iriam construir através de alguns elementos: contribuição desses países, financiamento, participação privada, participação de órgãos multilaterais, de ONGs, enfim. Isso é um fator. O outro fator é a transferência de tecnologia para viabilizar a adoção de processos, práticas, ações de mitigação e adaptação à questão do clima.

Bom, eu acho que essa questão do financiamento, ela está em vias de ser resolvida, ela está bem resolvida, eu diria. Qual é, eu acho e sempre foi, o problema? É que você tem países absolutamente diferenciados, em estágios diferenciados de desenvolvimento. Se você considerar aquele princípio que são as responsabilidades comuns, porém diferenciadas, eu

acho que se coloca o seguinte problema: nós teremos de obter um acordo entre esses países diferenciados. E é isso, é disso que se trata; é de como, dentro de um mesmo arcabouço, de um acordo amplo, ter algumas questões que são obrigatórias legalmente, mas da margem de manobra para ter uma flexibilidade, para que através das INDCs cada país faça sua manifestação. Eu acho que é esse o caminho de construção.

E acho que a segunda questão é o fato de que o processo se inicia com a presença dos chefes de Estado e de Governo no primeiro dia, e não como foi a COP15, que foi o contrário, começava com as assessorias, com os *sherpas* e só resultava em um acordo no final. Então, começa com uma orientação já dos chefes de Estado e de Governo, com uma decisão ...

Jornalista: A senhora acha que facilita esse modelo novo?

Presidenta: Acho que facilita. Porque eles terão de ter discutido antes. E têm, têm discutido antes. Acho que há, hoje, uma discussão generalizada entre várias... da França com vários países, dentro de vários fóruns. E é essa discussão anterior que vai permitir que, pelo menos quando se chegar lá no dia 30, tenha uma orientação. É isso.

Jornalista: Presidenta, um complemento nessa questão. O secretário de Estado John Kerry, em entrevista ao Financial Times, o que (inaudível). Essa questão foi tratada nessa reunião daqui, foi desfeita essa hipótese? Porque os europeus insistem que Paris tem que ter caráter vinculante. O Brasil também?

Presidenta: Olha, eu não sei bem o que ele falou, não vou me manifestar sobre a opinião do chefe do Departamento de Estado, eu não vou me manifestar sobre essa opinião. Agora, o que eu acho é justamente isso que eu estava falando, você terá de ter um arcabouço legal e, obviamente, as chamadas INDCs, elas são voluntárias e são apresentadas. Eu acho que não pode ter INDC que não seja um compromisso, porque se não é o quê? Eu não entendi direito porque, talvez ele esteja falando de outra coisa, talvez ele esteja falando de legally binding, aquela discussão antiga de legally binding, mas aí é toda a estrutura. Depende do que a pessoa está falando, entendeu? Essa é uma questão que a gente tem que ter todo cuidado para encaminhar, para tentar fazer um acordo. Agora, a nossa, eu já disse, a INDC nossa é obrigatória, nós vamos perseguir, se a gente não conseguir, nós vamos ter de dar um chá de explicação, para nós mesmos e para vocês.

Jornalista: Presidente, Tiago, da BBC Brasil. A gente está vivendo no Brasil um acidente ambiental da mineração e...(incompreensível)

Presidenta: Você é mineiro?

Jornalista: Sim

Presidenta: Eu também. E eu vi, viu?

Jornalista: (incompreensível) ... Por que a senhora levou uma semana para ir ao local?

Presidenta: Eu não levei uma semana não. Eu mandei, no primeiro dia, o ministro Occhi e o secretário nacional da Defesa Civil. E em seguida falei com todos eles. Quando eu cheguei lá, nós já tínhamos uma ideia do que nós íamos fazer, porque você não precisa de olhar, quando você olha, é importante ir por conta do seguinte: Você tem noção do tamanho do processo e não foi bem uma semana, foi uma quarta, já não sei mais que dia que eu fui. Bom, nós chegamos lá com toda a estrutura nossa, já estava toda a avaliação que o nosso pessoal fez, que é o pessoal da Secretaria Nacional de Defesa Civil, da ANA, do DNPM, já tinham feito ela. O que permitiu, inclusive, que a gente tivesse os elementos para poder começar, inclusive, a discutir com a empresa, caso contrário, se você não tem o levantamento, você discute como? Então, nós tomamos, eu acho, todas as medidas e eu sobrevoei de helicóptero de Mariana, parei, óbvio, em Governador Valadares, e depois parei em Colatina e depois peguei o avião em Aracruz. Eu sobrevoei praticamente todo o Rio Doce. O Rio Doce, eu estive até conversando com o Sebastião Salgado, da Fundação Terra, que tem um projeto de recuperação do Rio Doce. O Rio Doce era um dos rios, eu acho, mais destruídos do Brasil. Ele não tinha proteção nas suas margens, não tinha mata ciliar e agora ele está um rio em uma situação dramática. Então o que nós vamos fazer, primeiro, é tratar da população local das duas cidades. Nós montamos toda a estrutura para o fornecimento de água, tanto em Governador Valadares quanto em Colatina. Colocamos o Exército, porque nós temos hoje toda uma estrutura de combate a desastres, naturais ou não. E ela segue um padrão, que é: primeiro você salva a vítima, não discute nada, salva a vítima, porque é isso que você tem que fazer. Em um segundo momento, você faz a avaliação do início da reconstrução emergencial. Depois você faz a reconstrução estrutural. Foi o que nós fizemos lá na serra quando foi o acidente, o acidente não, as chuvas violentas lá em Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo, o que nós fizemos em Santa Catarina, o que nós fizemos nos estados do Nordeste que tiveram o mesmo processo.

Então, agora que nós vamos ter de fazer, e também leva tempo, o que a gente estava mobilizando até antes de chegar lá, é que você terá, ali, de resolver alguns dias com o carro pipa. Porque 280 mil pessoas e 120 mil você não segura com o carro pipa, você pode segurar com o carro pipa populações menores quando é o caso da seca no Nordeste. Ali nós teremos de ter uma solução emergencial mais estruturante, de que tipo? Adutora de engate rápido. No caso de Governador Valadares é do Rio Suaçuí Pequeno, que foi levantado, primeiro, pelo pessoal da ANA e agora resolveram uma outra solução mais que uma adutora de engate rápido consegue fazer em 30 dias. Essa outra obra que era mais estruturante pensava-se que seria mais tempo, três meses. Mas conseguiu-se um processo pelo qual ela sairá, no máximo, em 30 dias. Então optou-se por isso lá em Governador. Já em Colatina é as duas lagoas com a adutora de engate rápido. Quando eu vou em um lugar, eu não posso chegar em um lugar sem saber o que nós vamos fazer, eu vou lá para fazer, eu não vou lá só para visitar.

Eu só queria falar outra coisa, a coisa mais importante: nós temos de fazer do caso do Rio Doce um exemplo, então nós estamos discutindo. Amanhã, às cinco horas da tarde, nós vamos fazer uma reunião do grupo de gestão que nós criamos. O grupo de gestão é integrado pelo governo federal, pelos governos estaduais, é integrado pelo governo federal por vários ministérios. Pelos governos estaduais, a gente vai pedir, convidar o Ministério Público Estadual e o Federal para participar, acompanhar a discussão. Esse grupo, ele tem por objetivo focar na emergência. Óbvio, você primeiro discute a emergência, depois,

paralelamente, depois que você discutir a emergência e resolver as principais questões da emergência, você discute as soluções mais estruturantes, mais permanentes. E nós também vamos discutir a questão de um plano de recuperação, tanto dos afluentes de toda a bacia, que são milhares de afluentes, como da própria bacia, porque isso não é um trabalho que vai ser resolvido em um, dois anos, três anos, quatro anos. Você vai levar tempo para recuperar toda a bacia. Não estou dizendo só a questão da água, estou dizendo a questão da água e a devastação, que é uma enchente volumosa de lama que limpou algumas margens onde tinha ainda vegetação, não tem, é um deserto. Então nós vamos construir, inclusive também - eu estou falando do Sebastião Salgado porque eu conversei com ele antes de viajar e nós combinamos que faríamos esse projeto, participaríamos junto com ele desse projeto de reconstrução do Rio Doce. Ele tem, talvez, a iniciativa, mais, eu diria para vocês, mais consistente de resolução da questão do Rio Doce, porque ele conseguiu restaurar, o Sebastião Salgado conseguiu restaurar a mata, porque lá tinha jacarandá, peroba, por que desapareceu? Porque eram as madeiras de lei mais valiosas do País. Então ele fez todo um processo, porque aí gente tem que replantar a muda, a gente tem de distribuir muda. Vai ser um processo que é, ao mesmo tempo, em larga escala e artesanal. É isso que é um processo de recuperação de um rio. Ele é em larga escala e ao mesmo tempo artesanal.

Jornalista: (incompreensível)

Presidenta: Olha, nós, a avaliação do governo é que nós temos, hoje, maioria. Em alguns casos, uma maioria bem confortável, em outros, uma maioria mais apertada. Mas nós temos maioria. Eu acredito que a situação política no Brasil está cada dia mais se normalizando. Queria dizer para vocês, aproveitar esse momento, para dizer o seguinte: nós temos sido acusados de termos feito uma excessiva desoneração fiscal e de termos feito, também, um excessivo subsídio de juros e isso levou ao nosso desequilíbrio orçamentário.

Então, nós somos um governo que tem um retrospecto, nós diminuimos imposto. Nos últimos anos fomos o governo que mais diminuiu imposto. Não é uma questão de opinião, é de números. Pois bem: nós fizemos um grande esforço de reequilíbrio fiscal. Esse esforço de reequilíbrio fiscal agora vai requerer de nós, além de todas as medidas de redução de despesa que nós tivemos, vai requerer de nós para poder fechar as contas e fazer um superávit, vai requerer do Brasil a consciência e a responsabilidade para aprovar a CPMF. Isto nós vamos ter de discutir com a opinião pública, vamos ter de discutir com os senhores parlamentares, vamos ter de discutir com todos - os prefeitos, vereadores, governadores -, enfim, com toda a sociedade brasileira. Porque é uma questão fundamental para o Brasil se ancorar, se estabilizar e ter condições, aí, de acelerar o processo de saída da crise. Portanto, eu acredito que o Brasil vai ter, nesse momento, de enfrentar este fato, é fundamental que se aprove a CPMF. Fundamental. Acredito que muitos, como eu, que antes não queriam aumentar imposto, entendem hoje que este aumento não é um aumento para se gastar mais, é um aumento para se crescer mais. Essa é a diferença.

Agora, eu vou dar meu salto duplo carpado, twist duplo carpado. Tchau para vocês.

Ouçã a íntegra(40min43s) da [entrevista \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-entrevista-coletiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-segunda-sessao-de-trabalho-da-cupula-do-g20-antalia-turquia-40min43s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-entrevista-coletiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-segunda-sessao-de-trabalho-da-cupula-do-g20-antalia-turquia-40min43s) concedida pela Presidenta Dilma Rousseff

